

A hipercorreção na escrita formal: dilemas do revisor de textos

Eliane Mourão*

Resumo

Propõe-se discutir, neste trabalho, a atitude do revisor de textos em relação ao uso, em textos escritos, de duas formas linguísticas concorrentes: uma reconhecidamente pertencente à norma culta e outra mais recente, que decorre de hipercorreção. Examina-se o emprego de três pares de formas concorrentes: “dentre”/“entre”; “o mesmo” (ou formas flexionadas)/“esse” ou “este”; “tratar-se de”/“ser”. Busca-se verificar o que a bibliografia de consulta tradicional diz a respeito dos elementos que compõem esses pares, bem como elucidar as razões linguísticas que regem cada caso de hipercorreção. Para finalizar, apresentam-se alguns critérios de que o revisor pode se utilizar para decidir sobre o emprego de expressões decorrentes de hipercorreção.

Palavras-chave: Critérios de revisão; Hipercorreção; Revisão de textos.

Usar uma língua em uma situação particular, em um contexto sociocultural específico significa fazer escolhas: entre, por exemplo, estruturas sintáticas, vocábulos, contornos entonacionais, entre uma oração na voz passiva e uma oração na voz ativa, entre uma expressão da norma culta e uma da linguagem afetiva, entre a primeira pessoa e a terceira pessoa do discurso. Trata-se de operar com uma série ampla de variáveis características da atividade comunicacional, como o sujeito com quem se interage, o objetivo que se quer alcançar, o lugar social que se está ocupando. São escolhas que dizem respeito a qualquer usuário da língua, seja na produção escrita ou oral; todavia, cabe a quem trabalha com o texto profissionalmente dominar um repertório mais amplo de opções linguísticas e saber manejá-las adequada e conscientemente em um também mais amplo conjunto de situações de produção e recepção textual. Referimo-nos sobretudo ao revisor de textos, como um profissional que trabalha com as escolhas alheias, respaldando-as ou sugerindo alternativas.

Mobiliza-nos aqui um tipo de escolha que frequentemente o revisor de textos deve enfrentar: entre duas formas concorrentes, uma reconhecidamente pertencente

* Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP.

à norma culta e outra cuja incorporação no âmbito do português escrito formal é duvidosa, visto que é uma forma mais recente e decorre de hipercorreção.¹ Nesse caso, que critérios o revisor deve utilizar para decidir entre uma ocorrência e outra? A fim de entender melhor o problema, trataremos do emprego de três pares de formas concorrentes: “dentre”/“entre”; “o mesmo” (ou formas flexionadas)/“esse” ou “este”; “tratar-se de”/“ser”. Buscaremos mostrar o que as obras de consulta normalmente usadas pelo revisor² dizem sobre esses termos, sobretudo observando se admitem aquelas que seriam as novas formas; e verificaremos como as novas formas estão sendo usadas em textos que se pretende que estejam de acordo com a norma culta. Examinemos, em primeiro lugar, o par “dentre/entre”.

Dentre/entre

Tanto no **Dicionário de dificuldades da língua portuguesa**, de Cegalla (1999), como no **Novo Aurélio Século XXI**, de Ferreira (1999), entende-se que “dentre” se forma pela contração das palavras “de” e “entre” e significa “do meio de”. Abaixo, relacionam-se os exemplos de uso de “dentre” fornecido por essas obras:

Dentre as pedras saíam formigas apressadas.
Cristo ressurgiu *dentre os mortos*.
Retirou uma carta *dentre velhos papéis*. (CEGALLA, 1999, p. 108
– grifos nossos.)

Dentre a multidão saiu uma criança correndo.
Logo de manhã cedo/ começava [o melro] a soltar, dentre o arvoredo./ Verdadeiras risadas de cristal. (FERREIRA, 1999, p. 623
– grifo nosso.)

Analisando essas frases, verificamos que em todas se tem um movimento (“saiu”, “soltar”, “saíam”, “ressurgiu” e “retirou”, respectivamente) cuja direção é de dentro para fora e que diz respeito a um elemento que se encontra originalmente em meio a uma pluralidade de outros elementos (“multidão”, “arvoredo”, “pedras”, “mortos” e “velhos papéis”, respectivamente).

1 – A hipercorreção, como o termo por si só indica, é um excesso de correção, uma correção que ultrapassa o domínio do que deve ser “corrigido”. Por exemplo, a concordância do verbo impessoal “haver” em frases como “Haviam muitas flores no jardim”. É um fenômeno típico de situações de emprego de um registro mais prestigiado socialmente, resultando do excesso de zelo no uso das formas linguísticas que caracterizam esse registro.

2 – Referimo-nos aos dicionários (de significados, de regência, de sinônimos etc.), às gramáticas de base teórica tradicional, aos manuais de revisão, entre outras obras.

Além do uso exemplificado pelas frases citadas, Cegalla (1999, p. 108) faz referência a outra possibilidade de ocorrência de “dentre”: “Emprega-se também nas expressões *dentre nós*, *dentre vocês*, *dentre vós*: Alguns *dentre nós* se opõem ao projeto” (grifos nossos). Trata-se, nesse caso, de uma afirmação sem valor explicativo, visto que o gramático não apresenta uma motivação para ela: afinal, que fato linguístico fundamenta o uso de “dentre” com os pronomes “nós”, “vocês” e “vós”?³ Tendo em vista o caráter arbitrário da indicação de uso fornecida por Cegalla (1999), devemos trabalhar exclusivamente com a ideia de que “dentre” significa, em princípio, “do meio de”. Comparemos esse significado com aqueles que se atribui a “entre”. No **Dicionário de dificuldades da língua portuguesa** não se encontra um verbete para esse termo. Com efeito, se há uma dificuldade de uso, ela estaria no uso de “dentre”. É no **Novo Aurélio Século XXI** que vamos encontrar o significado que procuramos. Trata-se, mais precisamente, de catorze significados, entre os quais selecionamos os seguintes:

g) escolha de, ou preferência por um que forma conjunto com outros: “Perdi-te... E eras a graça, alta entre as altas santas./ A sombra, a força, o aroma, a luz...” (Olavo Bilac, *Tarde*, p. 192); *Entre os nossos escritores, prefiro Machado de Assis.* (...) j) circunstância, fato, pormenor, que mal se observa em meio a manifestação ruidosa: *Quase não se ouviam, entre os brados entusiásticos, alguns queixumes.* m) parte de uma totalidade, ou inclusão de pessoa(s) ou coisa(s) num total: *Entre assistentes, secretários, dactilógrafos e contínuos, tem mais de 50 auxiliares; Ele figura entre os meus melhores amigos* [Cf. *dentre*]. (FERREIRA, 1999, p. 770 – grifos nossos.).

Todas essas acepções de “entre” têm em comum o fato de se aproximarem do significado de “dentre” por fazerem referência a um ou mais elementos que se destacam de um conjunto mais amplo de elementos. Nos exemplos fornecidos para cada uma delas, os elementos que se destacam e os conjuntos de que se destacam são, respectivamente, “graça” e “altas santas”; “Machado de Assis” e “nossos escritores”; “queixumes” e “brados entusiásticos”; “auxiliares e assistentes”, “secretários, dactilógrafos e contínuos”, “ele” e “melhores amigos”. A diferença de “entre” com relação a “dentre” estaria no fato de as acepções de “entre” aqui contempladas excluírem a noção de movimento. Tendo em vista essas acepções, examinemos os exemplos de uso de “dentre” a seguir, extraídos de textos escritos em que se exige o uso da norma culta:⁴

³ – Veremos mais adiante que a expansão do uso de “dentre” não se reduz às expressões listadas por Cegalla. (1999).

⁴ – Embora não vejamos como erro o uso de “dentre” nos exemplos que apresentamos, procuramos preservar os autores e revisores dos textos citados, de forma que não fornecemos seus nomes e damos apenas indicações muito gerais sobre as fontes de que foram extraídos. Esse procedimento se repetirá toda vez que fornecermos exemplos de uso que não condizem com as prescrições da literatura tradicional.

1. Pois a arquitetura é dentre todas as artes a que mais ousadamente busca reproduzir em seu ritmo a ordem do universo, que os antigos chamavam de kosmos. (Livro de ficção – grifo nosso).

2. Isto porque, dentre os princípios da teoria quântica, é fundamental o que se refere à natureza ondulatória das partículas atômicas, cuja existência como onda ou como partícula depende do ato de observação. (Revista acadêmica – grifo nosso).

3. Essa complexidade do fenômeno de globalização suscita várias interpretações acerca de seu significado. Dentre elas, a mais aceita é a que explica a globalização como a 3ª fase do capitalismo. (Texto de aluno – grifo nosso).

4. A rapidez com que as informações circulam pelo mundo, dentre elas a propaganda comercial e, também, a velocidade com que os produtos de alta tecnologia evoluem, tornando-se cada vez mais eficientes e baratos, são fatores determinantes para o aquecimento da cultura do consumo. (Texto de aluno – grifo nosso).

Observa-se nesses exemplos que “dentre” está sendo usado nas acepções de “entre” que extraímos do **Novo Aurélio Século XXI**. Esse uso indica uma redistribuição de significados entre os dois termos, de modo que o significado de “dentre” se amplia, abrangendo toda intenção de se destacar algo em meio a uma pluralidade de elementos, independentemente de esse algo que se destaca realizar ou não um movimento. De outra forma, podemos dizer que o movimento não tem mais de estar no elemento destacado, mas é próprio do sujeito que destaca ou é próprio da ação de destacar em si mesma. O uso que se faz de “dentre” nos exemplos que apresentamos aqui não é, portanto, arbitrário; ele obedece a uma razão linguística, a da proximidade com alguns significados de “entre”, incluindo somente esses significados. A passagem abaixo, em que ocorrem “entre” e “dentre”, evidencia essa seleção:

5. Explicamos por que e para que estávamos ali. Solicitamos que escrevessem suas lembranças da 1ª série. Entre risos e conversas todos escreveram. Dentre 60 alunos, pudemos reencontrar 22 adolescentes nas duas 6as séries. (Livro da área de Educação – grifos nossos).

É importante considerar ainda que o uso a que estamos nos referindo privilegia um termo menos frequente (“dentre”, em vez de “entre”) e não constitui uma opção exclusiva (vigora ao lado do uso de “entre” reconhecido pela literatura

normativa), figurando, portanto, como uma alternativa de emprego. Devemos observar, finalmente, que não é um uso aceito pelas obras aqui citadas, seja porque simplesmente não é mencionado, como se verifica no **Dicionário de dificuldades da língua portuguesa**, seja porque é condenado de modo claro, como se constata na advertência presente no final do verbete “dentre” do **Novo Aurélio Século XXI**: “Não confundir com *entre*”. (FERREIRA, 1999, p. 770).

“O mesmo” (ou formas flexionadas)/“esse” ou “este”

A fim de incrementarmos nossa discussão com mais fatos linguísticos, examinemos o uso do par “o mesmo” (ou formas flexionadas)/“esse” ou “este”. Consideremos, em primeiro lugar, o emprego de “o mesmo” que motiva nossa discussão:

6. Esta pesquisa consiste na análise multimodal das estratégias linguísticas verbais e visuais utilizadas pelos sujeitos de pesquisa numa interação em grupo, com o objetivo de descortinar as dinâmicas ideológicas e de poder inerentes ao discurso dos mesmos. (Resumo de trabalho acadêmico – grifo nosso).

7. Cidadania e consumo, enquanto formas de relacionamento do indivíduo com a sociedade, são intrinsecamente distintos. A cidadania se apresenta como vínculo entre o indivíduo e o Estado, ao passo que o consumo aparece como articulação do mesmo com o mercado. (Texto de aluno – grifo nosso).

8. *A cidade das mulheres* traz várias contribuições para a discussão sobre a pesquisa etnográfica e os dilemas do/ a pesquisador/ a. Apesar de ser uma obra mais conhecida no campo da antropologia, as discussões que a mesma possibilita suscitam questões para todos/ as estudiosos/ as (Revista acadêmica – grifo nosso).

Nessas frases, “mesmo”, antecedido de artigo definido, funciona como pronome substantivo, apresentando propriedade anafórica: faz referência a termos usados anteriormente a ele (“sujeitos de pesquisa”, “indivíduo” e “uma obra”, respectivamente). A literatura tradicional não ignora essa propriedade anafórica, mas, de um modo geral, aprova o uso de “mesmo” somente quando ele funciona como adjetivo. Sacconi (1994), por exemplo, tratando do emprego dos pronomes demonstrativos, afirma, por um lado, que:

A necessidade de ênfase poderá determinar a posposição da palavra *mesmo* (ou variações) *a este, esse e aquele* (ou variações). Ex.: Fique tranqüilo, Luís: *esta mesma* noite você terá uma grande surpresa. (...)

“*Mesmo e próprio* variam em gênero e número quando têm caráter reforçativo: ela *mesma* faz isso, elas *mesmas* fazem isso, eles *próprios* cozinham, elas *próprias* cozinham.” (SACCONI, 1994, p. 174-175 – grifos nossos.)

Por outro lado, o gramático observa que “Não há propriedade no uso do demonstrativo *mesmo* em substituição a outro tipo de pronome ou a um substantivo” (SACCONI, 1994, p. 175 – grifo nosso.), ou seja, não haveria propriedade em usar “mesmo” como pronome substantivo. Sacconi fornece, entre outros, o seguinte exemplo de emprego que considera inapropriado: “Compraram o livro e esqueceram *o mesmo* em cima do balcão”. (1994, p. 175 – grifo nosso.).

Entre os gramáticos tradicionais, Bechara (1999) é exceção ao dizer que “Alguns estudiosos, por mera escolha pessoal, têm-se insurgido contra o emprego anafórico do demonstrativo ‘mesmo’, substantivado pelo artigo, precedido ou não de preposição para referir-se a palavra ou declaração expressa anteriormente”. (BECHARA, 1999, p. 168). O gramático não esclarece, contudo, quais são as condições de uso de “o mesmo” e por que esse uso deve ser aceito.

Quanto à prevalência das desaprovações, Neves (2003) observa que:

É condenado em alguns manuais tradicionais o uso de **o mesmo, a mesma, os mesmos, as mesmas** para referência a alguma pessoa ou coisa já mencionada (valendo por **ele, ela, eles, elas**, respectivamente). *Os recalques total e diferencial devem ser suficientemente pequenos e compatíveis com a estrutura de modo que a MESMA não seja danificada pelos movimentos das fundações.* (NEVES, 2003, p. 516 – grifos nossos.).

O exemplo apresentado pela linguista é consonante com os nossos, visto que, nele, “a mesma” funciona como um pronome substantivo. Todavia, a afirmação da autora de que “o mesmo” toma o lugar do pronome pessoal reto (“ele” e flexões) não corresponde às possibilidades efetivas de uso do termo. Deve-se levar em conta que um dos problemas vistos pela tradição está justamente no fato de “o mesmo” substituir uma ampla variedade de pronomes, mostrando-se dispensável. Sacconi (1994), por exemplo, propondo a correção de frases em que se estaria usando “mesmo” de forma inadequada, evidencia a possibilidade de se recorrer, além de ao pronome pessoal reto, ao pessoal oblíquo átono, ao relativo e ao possessivo. Vejamos as correções propostas pelo gramático:

O fenômeno foi visto por dois transeuntes, e *os mesmos* não quiseram dar entrevistas sobre *o mesmo*. (Isto é: *que* não quiseram; sobre *ele* ou sobre o *assunto*).

A inauguração do cinema se deu ontem e *à mesma* compareceram várias autoridades. (Isto é: *a ela* compareceram).

Quero comprar o livro, mas antes preciso saber o preço do *mesmo*. (Isto é, preciso saber o *seu* preço).

Compraram o livro e esqueceram *o mesmo* em cima do balcão. (Isto é: esqueceram-*no*). (SACCONI, 1994, p. 175 – grifos nossos.).

Entretanto, a afirmação de que “o mesmo” substitui outros pronomes também não é, em si, suficiente para a compreensão do seu emprego. É importante que levemos em conta um fato a mais: assim como “o mesmo”, os demonstrativos “esse” ou “este” também tomam o lugar de outros pronomes. Um exemplo é o uso de “este” em vez de “ele” que se verifica na seguinte frase extraída de um artigo acadêmico:

9. Pondera-se, também, que a explicitação de tais meios na escrita etnográfica pode trazer constrangimentos ao próprio informante e criar problemas entre este e a comunidade ou meio social onde vive.

“Esse” ou “este”, pronomes eminentemente adjetivos (como o pronome “mesmo” que a gramática reconhece), têm sido usados, com muita frequência, como pronomes substantivos, em situações em que outros pronomes poderiam ser empregados, inclusive aqueles que são efetivamente substantivos, como é o caso de “ele”. Pode-se entender o uso de “esse” e “este” como uma simplificação advinda de uma reinterpretação pelos usuários da língua do quadro tradicional de pronomes do português escrito formal. Essa simplificação permite, entre outras coisas, que os usuários evitem ambiguidades como as frequentemente produzidas pelo possessivo “seu” e deixem de usar o possessivo “dele” (condenado pela norma culta) e o pessoal “ele”, visto por alguns como inaceitável em certas situações (por exemplo, quando faz referência a objetos, e não a pessoas). Nesse contexto, o emprego de “o mesmo” que examinamos é uma alternativa ao emprego dos pronomes demonstrativos que tem, ainda, a vantagem de eliminar o impasse provocado pela diferença entre “esse” e “este”. Com efeito, trata-se de uma diferença que poucos compreendem (geralmente, estudiosos da língua e profissionais do texto) e, mesmo assim, apenas parcialmente. Vejamos, por exemplo, o uso de “o mesmo” na frase abaixo, extraída da produção escrita de um aluno:

10. Essa lógica explica o porquê de Fabiano considerar, em determinada passagem do livro, seu chefe como um indivíduo branco, ao passo que o mesmo, na realidade, tinha a pele mais escura que a do próprio protagonista do livro.

Quem produziu essa frase poderia ter usado o pronome “ele” no lugar de “o mesmo”. Do ponto de vista da norma culta, a sua escolha seria adequada. Todavia, ela implicaria uma ambiguidade para quem não sabe que os termos “Fabiano” e “o protagonista do livro” são formas diferentes de mencionar um único personagem. ⁵Nesse caso, “ele” poderia se referir tanto a “Fabiano” como a “seu chefe”. O termo “o mesmo” tem a vantagem de evitar a ambiguidade, deixando claro que se está fazendo referência a “seu chefe”. A ambiguidade poderia igualmente ser evitada por um pronome demonstrativo reconhecido como tal pela literatura tradicional. Porém, “o mesmo” tem a vantagem adicional de evitar a difícil escolha entre um dos termos do par “este”/“esse”.

Constatamos, portanto, que o emprego da expressão “o mesmo”, assim como o emprego de “dentre”, não é arbitrário, diferentemente do que muitos acreditam com relação aos usos condenados pela literatura prescritiva. Esse emprego advém de uma expansão da função de “o mesmo” que se verifica também com “esse”/“este”. O motivo da expansão está, como dissemos, em uma reinterpretação do quadro pronominal previsto pela norma da escrita formal. Devemos observar, além disso, que estamos diante, mais uma vez, de uma forma cujo emprego era muito restrito (“mesmo” só era usado como um pronome quando acompanhava um substantivo), lembrando-nos de que a ampliação desse emprego implica não o seu uso exclusivo, mas a alternância com outra forma (“o mesmo” alterna com “este”/“esse”).

Todos esses comentários são válidos igualmente para o par “tratar-se de”/“ser”, que passamos a examinar.

“Tratar-se de”/“ser”

Na gramática tradicional, a expressão “tratar-se de” é compreendida da perspectiva do uso da palavra “se” com função de indeterminação do sujeito. Desse modo, “tratar-se de” não constituiria uma expressão com uma função peculiar, mas seria uma forma construída por um recurso gramatical, que teria sido utilizado, por exemplo, nas frases abaixo:

11. Em Belo Horizonte, nunca se está só.
12. Com esse barulho, dorme-se pouco.
13. Precisa-se de mão de obra especializada.

Segundo a gramática tradicional, o “se” que acompanha um verbo tem a função de indeterminação do sujeito quando esse verbo é de ligação, intransitivo

⁵ – Trata-se da personagem Fabiano, da obra **Vidas secas**, de Graciliano Ramos.

ou transitivo indireto, conforme se verifica nessas frases. A interpretação válida para todas elas é que há um sujeito que não se pode precisar semanticamente: em Belo Horizonte, as pessoas em geral nunca estão sós; com esse barulho, qualquer um dorme pouco; alguém precisa de mão de obra especializada. Dessa perspectiva, a frase “Tratava-se de um velho problema”, por exemplo, cujo verbo é transitivo indireto, admitiria a mesma interpretação: alguém, que não se pode precisar, tratava de um velho problema. Todavia, tem-se mostrado frequente o uso de “tratar-se de” exemplificado pelas frases abaixo:

14. Escancarar o que os candidatos – principalmente à Presidência – pretendem esconder, iluminar o que querem manter sob sombras e contextualizar o que eles esperariam ver esquecido por julgarem tratar-se de fatos isolados e sem significado. (Revista comercial).

15. Isto se daria porque **o amor** não se trata de um conjunto de regras invariáveis, em um cenário estável e repetitivo. (Texto de aluno – grifo nosso).

16. Pode-se dizer que **a liberdade** se trata, de uma forma geral, da primeira garantia do ser humano em sociedade. (Texto de aluno – grifo nosso).

17. Para Kempson (1977: 128), **o exemplo acima** se trata de uma vagueza, não de ambiguidade. (Livro didático – grifo nosso).

Observa-se aqui um fenômeno paradoxal em relação à análise da tradição: a expressão “tratar-se de”, em que “se” seria índice de indeterminação do sujeito, é acompanhada de sujeito determinado. Na primeira frase, esse sujeito é menos evidente, pois é um elemento implícito correlacionado com o pronome relativo que figura como objeto direto manifesto de “esperariam ver”. Nas demais frases, contudo, a expressão tem sujeito manifesto próprio: respectivamente, “o amor”, “a liberdade” e “o exemplo acima”. Aparentemente, o fenômeno não tem explicação, de modo que se poderia tomá-lo como uma arbitrariedade de quem não domina os preceitos da norma da escrita culta. Todavia, se consideramos que nenhuma ocorrência no âmbito da língua é arbitrária, mas que as explicações que propomos para os fenômenos é que podem ser insuficientes, devemos encontrar a razão linguística que rege o uso que se faz de “tratar-se de” nos exemplos acima. Observemos, com esse propósito, algumas situações de emprego da expressão que estariam de acordo com a norma culta escrita:

18. Integrados ou não à grande corrente estruturalista, que ocupou o centro da

cena teórica, particularmente, a partir dos anos 1930, encontramos lingüistas cujas obras são referências obrigatórias, quando se trata de pensar a questão do social no campo dos estudos linguísticos. (ALKMIM, 2001, p. 24 – grifo nosso.).

19. Na cena, o que mais lhe atrai a atenção sequer está descrito de modo explícito. Trata-se do percurso que o olho de vidro traça no ar. (SANTOS, 2000, p. 15 – grifo nosso.).

20. Ler Os sertões é uma experiência impressionante. Trata-se de um texto que nos toma; penso, até, que merece ser lido em voz alta – há nele uma dimensão épica fundamental. (FREITAS, 2006, p. 68 – grifo nosso.).

21. O texto de Aryon Rodrigues, embora apenas programático, pode nos auxiliar a delinear alguns desses equívocos que se cristalizaram ao longo dessas quatro décadas e que têm resistido a uma superação crítica. Trata-se, em geral, de equívocos relacionados com a compreensão dos fenômenos da variação lingüística. (FARACO, 2008, p. 167 – grifo nosso.).

Na frase 1, é possível, com efeito, entender o “se” de “se trata de” como um índice de indeterminação do sujeito, tanto que, nela, esse termo pode ser substituído por expressões como “se quer”, “se pretende”, “se tem a intenção de”: “(...) quando se trata de/ se quer/ se pretende/ se tem a intenção de pensar a questão do social (...)”. Nas frases seguintes, contudo, não é admissível o mesmo tipo de substituição. Nesses casos, “tratar-se de” é uma expressão cristalizada cuja função é reintroduzir uma referência já feita em uma frase anterior. No exemplo 2, “trata-se de” reintroduz a referência da expressão “o que mais lhe atrai a atenção”, que ganha definição com o termo “o percurso que o olho de vidro traça no ar”; no exemplo 3, por meio de “trata-se de” reintroduz-se a referência realizada pelo termo “Os sertões”, que é, então, apreciado como “um texto que nos toma”; em 4, “trata-se de” reintroduz a referência de “equívocos que se cristalizaram ao longo dessas quatro décadas e que têm resistido a uma superação crítica”, que ganha um esclarecimento: “equívocos relacionados com a compreensão dos fenômenos da variação lingüística.” Nesses três exemplos, “tratar-se de” estabelece relações muito parecidas com aquelas realizadas pelo aposto, visto que introduz termos que retomam de modo diferente uma referência já realizada, tornando-a mais precisa, mais clara, associando-lhe valores, trazendo-lhe, enfim, novos contornos semânticos.

Um outro fato importante para a compreensão do emprego da expressão “tratar-se de” nos três últimos exemplos é que ela pode ser substituída por uma forma equivalente (em pessoa e número e em modo e tempo) do verbo “ser”, como se verifica abaixo:

22. Na cena, o que mais lhe atrai a atenção sequer está descrito de modo explícito. Trata-se de é o percurso que o olho de vidro traça no ar. (SANTOS, 2000, p. 15 – grifo nosso.).

23. Ler *Os sertões* é uma experiência impressionante. Trata-se de é um texto que nos toma; penso, até, que merece ser lido em voz alta – há nele uma dimensão épica fundamental. (FREITAS, 2006, p. 68 – grifo nosso.).

24. O texto de Aryon Rodrigues, embora apenas programático, pode nos auxiliar a delinear alguns desses equívocos que se cristalizaram ao longo dessas quatro décadas e que têm resistido a uma superação crítica. Trata-se, em geral, de/ são equívocos relacionados com a compreensão dos fenômenos da variação lingüística. (FARACO, 2008, p. 167 – grifos nossos.).

Temos, com a substituição proposta, uma das situações de uso do verbo ser em que ele é analisado pela gramática tradicional como um verbo impessoal. Em consonância talvez com essa análise, Kury (1991) observa que “frases há em que a construção com pronome se é sem dúvida um caso de oração sem sujeito, como as orações com *tratar-se de*” (KURY, 1991, p. 23 – grifo nosso.). Todavia, neste texto, mais importante do que decidir pela impessoalidade do verbo ou pela indeterminação do sujeito é o fato de que a equivalência entre “tratar-se de” e “ser” está presente também em nossos primeiros exemplos de uso de “tratar-se de”, em que a expressão é acompanhada de sujeito determinado. Vemos que é possível, em todos os casos (reapresentados a seguir), substituir “tratar-se” pela forma correspondente de “ser”:

25. Escancarar o que os candidatos – principalmente à Presidência – pretendem esconder, iluminar o que querem manter sob sombras e contextualizar o que eles esperariam ver esquecido por julgarem tratar-se de/ serem fatos isolados e sem significado. (Revista comercial – grifo nosso).

26. Isto se daria porque o amor não se trata de/ é um conjunto de regras invariáveis, em um cenário estável e repetitivo. (Texto de aluno – grifo nosso).

27. Pode-se dizer que a liberdade se trata, de uma forma geral, de/ é a primeira garantia do ser humano em sociedade. (Texto de aluno – grifo nosso).

28. Para Kempson (1977, p. 128), o exemplo acima se trata de/ é uma vagueza, não de/ ambiguidade. (Livro didático – grifo nosso).

Verifica-se, nessas frases, uma expansão do uso de “tratar-se de”, que abrange também as situações em que “ser” admite sujeito determinado. A expressão, cuja ocorrência era bastante restrita, dependendo de um contexto específico, ganha pelo menos uma parte do ambiente de emprego do verbo “ser”, alternando com ele em situações em que a norma da escrita culta é exigida. Desse modo, um emprego que parecia paradoxal ganha sua razão de ser linguística, como ocorreu com os demais usos que examinamos aqui.

Dilemas do revisor

Examinados os termos “dentre”, “o mesmo” e “tratar-se de”, suas condições de emprego, a alternância que estabelecem com outros termos da língua, podemos voltar à questão que motiva este artigo: como deve agir o revisor de textos diante das opções que esses termos constituem; o revisor deve aceitá-las em textos que exigem a norma culta?

Os fatos que consideramos aqui são característicos da variação linguística, um fenômeno incontornável das línguas. Referimo-nos à atribuição, no âmbito da norma da escrita culta, de novos usos a algumas expressões do português. Vimos que essa atribuição não é arbitrária, mas encontra seu fundamento no próprio funcionamento da língua. A possibilidade de explicar os novos usos linguisticamente – assim como é possível (e necessário) situar todo uso feito pelos falantes/escritores de uma língua relativamente ao modo (ou modos) de organização dessa língua – coloca-nos em outra perspectiva em relação à variação, impedindo-nos de vê-la como erro, arbitrariedade, resultado de incompetência do falante/escritor.

Todavia, devemos considerar também que os usos a que nos referimos são resultados de hipercorreção, ou seja, constituem uma variação motivada pelo zelo excessivo com o registro formal e pelo desconhecimento das condições de emprego de formas características desse registro. Esses dois componentes implicam uma supervalorização dessas formas, que têm seu escopo ampliado. No nosso caso, é importante notar que quanto mais estranhas aos usos dos falantes parecem determinadas expressões linguísticas, mais chances elas têm de serem compreendidas como expressões típicas da escrita formal. Assim, se “dentre”, “o mesmo” e “tratar-se de” são termos que normalmente o falante não usa, que não fazem parte nem da sua fala mais cuidada, eles vão merecer uma grande apreciação no âmbito da escrita. Trata-se de uma visão problemática da escrita, cuja medida

de valorização é o distanciamento em relação à fala. Com efeito, essa visão é função de uma distância que realmente existe entre escrita e fala no português, a qual, paradoxalmente, é alimentada pela hipercorreção. Uma questão que se pode levantar é se o revisor deve contribuir para alimentar essa distância, referendando a incorporação na escrita de usos decorrentes de hipercorreção.

Como qualquer fator de variação linguística, a hipercorreção advém dos usos efetivos da língua pelos falantes/escritores, faz parte do processo de apropriação de um registro por seus usuários, conferindo dinamicidade a esse registro. A variante proveniente da hipercorreção tem, portanto, tanta legitimidade quanto qualquer outra variante linguística. O problema do revisor não é admitir a hipercorreção, mas saber se uma ocorrência, advinda ou não da hipercorreção, pode ser entendida como um elemento já incorporado em um determinado registro ou dialeto. Não se trata de julgar os fatos da variação, que se manifestam com frequência e são inevitáveis, mas de saber que parâmetros usar para diferenciar usos que já são característicos de um domínio linguístico daqueles que não são. A questão fica mais relevante quando se está atuando no âmbito da norma culta, visto que é necessário, então, assumir uma atitude mais conservadora – a norma, tomada como um padrão, deve ser capaz, na medida do possível, de ultrapassar fronteiras espaciais e temporais. Garantir que um texto esteja em consonância com a norma culta é uma das tarefas do revisor de textos, a qual motiva frequentemente a contratação do seu trabalho.

O ideal seria o revisor poder contar com obras de consulta confiáveis, que descrevessem os diversos usos dos falantes/escritores. Vimos, todavia, que as obras de consulta de que o revisor de textos dispõe podem não contribuir muito para as decisões que ele tem de tomar. Uma característica da literatura de consulta tradicional é ser incompleta no que diz respeito às possibilidades de emprego das formas linguísticas, o que se verifica, por exemplo, no fato de os dicionários **Novo Aurélio Século XXI** e **Dicionário de dificuldades da língua portuguesa** não preverem o uso de “dentre” que examinamos aqui, embora esse seja um uso muito generalizado. Outra característica são as afirmações arbitrárias, sem fundamento linguístico, como a afirmação de Cegalla (1999), já citada neste trabalho, de que “dentre” “Emprega-se também nas expressões *dentre nós, dentre vocês, dentre vós*” (CEGALLA, 1999, p. 108 – grifos nossos.). Além disso, é comum a divergência entre os estudiosos tradicionais, exemplificada aqui pelo emprego do termo “o mesmo” como pronome substantivo, aprovado por Bechara (1999) e combatido por Sacconi (1994). Finalmente, devemos considerar que a literatura a que estamos nos referindo muitas vezes não nos ajuda a compreender

nem mesmo os usos que ela toma como corretos, de modo especial quando para essa compreensão é preciso ampliar o domínio de observação, ultrapassando-se os limites das frases e supondo-se razões textuais. Isso ocorre, por exemplo, com a expressão “tratar-se de”, cuja função de recuperação de referências no interior dos textos é ignorada pelos gramáticos tradicionais.

A literatura de consulta é valiosa para o revisor de textos, todavia ele deve ter cautela ao utilizá-la, confrontando autores, buscando justificativas para o que se prescreve, comparando as prescrições e as explicações com o seu conhecimento linguístico empírico. É esse mesmo conhecimento que vai auxiliá-lo quando não encontrar respostas satisfatórias para suas dúvidas, permitindo-lhe adotar critérios de verificação da pertinência do uso de uma forma linguística. Entre esses critérios estão o tempo e a frequência de ocorrência, com base nos quais o revisor deve levar em conta, por exemplo, que o uso de “dentre” é mais antigo e frequente que o uso de “tratar-se de”, de modo que a ocorrência do primeiro termo no âmbito da escrita culta é mais aceitável que a ocorrência do segundo. Há também a motivação linguística de um uso, com base na qual o profissional deve considerar, por exemplo, que o uso de “o mesmo” é mais aceitável que o uso de “dentre” e “tratar-se de”, pois “o mesmo” evita a escolha difícil para o usuário da língua entre “este” e “esse”. Outro critério a ser considerado pelo profissional diz respeito às instâncias de uso de uma forma. Muitas vezes um emprego pode ser entendido como generalizado apenas em uma instância discursiva, como um elemento tipificador dessa instância. Esse é o caso do emprego da expressão “o mesmo”, que não é adotada indiferentemente pelos diversos domínios sociais de produção escrita – é, por exemplo, muito comum no ambiente acadêmico, mas rara no ambiente jornalístico.

Estamos aqui defendendo a ideia de que o revisor deve ser um profissional que entende a variação linguística como um fato incontornável da língua e que é capaz de analisar os usos dos falantes/escritores observando sua adequação aos registros linguísticos e às instâncias discursivas. Concebemos o revisor como um profissional cuja atividade depende de uma formação que ultrapassa o conhecimento de algumas prescrições do padrão culto, incluindo um saber linguístico amplo e consistente. Desse modo, diferentemente do que acontece com frequência, o revisor não se encontra ele próprio sujeito às armadilhas da hipercorreção e do gosto pessoal, desprovido do suporte do saber teórico e da experiência com o texto.

Abstract

This paper aims at discussing the reviser's attitude regarding the use, in written texts, of two competing linguistic forms: one belonging to standard language and a more recent one, which is due to hypercorrection. We examine the use of three pairs of competing forms: “dentre”/“entre”; “o mesmo” (or inflected forms)/“esse” or “este”; “tratar-se de”/“ser”. This research seeks to verify what the literature says regarding the elements that constitute these pairs, as well as to elucidate the linguistic reasons that command each case of overcorrection. Finally, we present some criteria that revisers can use in order to decide on the use of expressions resulting from overcorrection.

Key words: Revision criteria; Hypercorrection; Revising.

Referências

- ALKMIM, Tânia Maria. Sociolinguística: parte I. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). **Introdução à lingüística**: domínios e fronteiras. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 21-47. v. 1.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. **Dicionário de dificuldades da língua portuguesa**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FREITAS, Marcus Vinicius de. Geologia do Brasil: o sertão épico de Euclides da Cunha. In: CASTRO, Marcílio França (Coord.). **Ficções do Brasil**: conferências sobre literatura e identidade nacional. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do estado de Minas Gerais, 2006. p. 67-100.
- KURY, Adriano da Gama. **Novas lições de análise sintática**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1991.
- NEVES, Maria Helena de Moura. **Guia de uso do português**: confrontando regras e usos. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

SACCONI, Luiz Antonio. **Nossa gramática**: teoria e prática. 18. ed. rev. e atual. São Paulo: Atual, 1994.

SANTOS, Luis Alberto Brandão. **Um olho de vidro**: a narrativa de Sérgio Sant'Anna. Belo Horizonte: UFMG/ FALE, 2000.